

## DOSSIÊ TEMÁTICO:

### Conservadorismos e as questões de gêneros e sexualidades

Amanda Mendonça<sup>1</sup>

Denize Sepulveda<sup>2</sup>

Jose Antonio Sepulveda<sup>3</sup>

Renan Corrêa<sup>4</sup>

**Resumo:** Na última década vivenciamos no Brasil um aumento dos conservadorismos em várias arenas da sociedade. Politicamente tivemos perdas de direitos das consideradas minorias sociais, motivadas principalmente por ações religiosas extremistas que foram apoiadas pelo governo federal. Tal questão se deu principalmente em relação às mulheres e às pessoas LGBTQIA+. Os 15 artigos e a entrevista presentes neste dossiê evidenciam como os embates em torno das questões de gêneros e sexualidades perpassam o Estado, o governo, instituições e práticas políticas, afetando, por exemplo, o funcionamento de políticas de educação, e colocando em risco o princípio da laicidade do Estado como pilar fundamental para o fortalecimento da democracia.

**Palavras-chave:** Conservadorismo; gêneros; sexualidades; laicidade; democracia.

---

<sup>1</sup> Doutora em Política Social (UFF). Faculdade de Formação de Professores da UERJ (UERJ-FFP). amandademendonca@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação (UERJ). Faculdade de Educação da UERJ (UERJ-EDU). denizesepulveda@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Educação (UFRJ). Faculdade de Educação da UFF (FeUFF). jamsepulveda3@hotmail.com

<sup>4</sup> Mestrando em Educação (UERJ-FFP). Faculdade de Formação de Professores da UERJ (UERJ-FFP). naner\_rj@hotmail.com

Este dossiê teve como objetivo reunir investigações e reflexões teóricas sobre a interferência dos projetos e discursos de viés conservador e reacionário em relação às questões de gêneros e suas diferenças, bem como sobre as múltiplas expressões das sexualidades, no cenário político mais recente vivenciado no Brasil. Portanto, é relevante, neste momento inicial do texto, explicitarmos que compreendemos o conservadorismo de acordo com Cuevas (1989), isto é, em relação à sua forma de entender o aumento do pensamento antidemocrático a partir da década de 1980 do século XX.

A sua percepção ia ao encontro de outras teorias que observavam o crescimento de um discurso conservador escamoteado de progressista (Mészáros, 2004 e Harvey, 2004). Basicamente, a crítica se referia a propostas construídas a partir daquilo que se convencionou chamar de terceira via, em especial a obra de Anthony Giddens (1996). Nessa perspectiva, não chegamos agora numa onda conservadora, estamos vivendo tempos conservadores. Neste trabalho, pensamos o conservadorismo como um processo que vem produzindo há muitos anos diferentes narrativas com efeitos impactantes na sociedade, em especial na sociedade ocidental. (SEPULVEDA & MENDONÇA, 2022, p. 384-385)

Dessa forma, por meio do diálogo com teóricos do conservadorismo e das diversas perspectivas e prismas de análises interseccionais, os textos apresentados neste dossiê analisam o cenário recente do Brasil, destacando os inúmeros ataques, retrocessos e perseguições envolvendo o campo dos direitos humanos, bem como as questões de gênero e sexualidade em nosso país.

É importante ressaltar que o conceito de interseccionalidade é por nós, organizadores deste número, percebido como uma categoria teórica que abrange diversos sistemas de opressão, tais como raça, gênero, sexualidade, classe, deficiência, e outros marcadores de desigualdades e hierarquias sociais. A perspectiva interseccional nos permite compreender que há diversos cruzamentos nas vidas das pessoas, relacionados às diferentes formas de poder e dominação que alimentam as hierarquias, gerando as desigualdades sociais.

Um cenário político e intelectual mais amplo influencia a teorização da interseccionalidade muito mais que as teorias sociais acadêmicas. Gênero, raça, etnia, nacionalidade, sexualidade, capacidade e idade não são apenas categorias destinadas a tornar a interseccionalidade mais compreensível para a pesquisa acadêmica. Para ser mais precisa, esses termos também se referem a tradições de conhecimentos resistentes importantes de povos subordinados que se opõem às desigualdades e injustiças sociais que vivenciam. Esses projetos visam lidar com as profundas inquietações de pessoas subordinadas a expressões internas e globais de racismo, sexismo, capitalismo, colonialismo e sistemas afins de dominação política e exploração econômica. Seja qual for a forma de opressão a que estão submetidos - raça, classe, gênero, sexualidade, idade, capacidade, etnia e nacionalidade -, os grupos subordinados têm fortes motivos pessoais para resistir a ela. (COLLINS, 2022, p. 23)

Nessa perspectiva, os artigos apresentados aqui constituem contribuições que nos auxiliam a compreender como a produção no âmbito das identidades de gênero, bem como as diversas expressões sexuais, têm sido alvo de tentativas de restrição e têm sofrido impactos decorrentes do avanço de grupos reacionários, destacando-se entre eles os movimentos religiosos extremistas. Alguns desses movimentos exploram a dinâmica das relações sociais, considerando suas diversas interseções, e debruçam-se sobre parâmetros teórico-metodológicos que levem em conta os marcadores de gênero, sexualidade e raça/etnia, em correlação com o debate sobre laicidade.

Há, portanto, religiosos extremistas em todas as denominações e o que os diferencia do fundamentalismo é o esforço para cessar transformações sociais e impor seu conjunto de valores. Na busca por concretizar essas práticas, agentes extremistas buscam se movimentar em diferentes campos, mas predominantemente no político. São reativos a percepções diferentes de modelo social e, por isso, observamos aqui no Brasil um movimento desses grupos no sentido de se instituírem enquanto maioria, de modo a conseguirem fazer predominar seus princípios morais. (SEPULVEDA & MENDONÇA, 2022, p. 385)

Com efeito, este dossiê da Revista Brasileira de Estudos da Homocultura também destaca como um conjunto de aparelhos e instituições sociais é afetado por essa atuação religiosa extremista. Nessa perspectiva, estes 15 artigos e uma entrevista aqui presentes analisam como os embates em torno de questões de gênero e das sexualidades perpassam o Estado, o governo, instituições e práticas políticas, afetando, por exemplo,

o funcionamento de políticas de educação. Sendo assim, convidamos a todos, todas e todes a mergulharem nas leituras dessas produções.

O primeiro artigo que abre nosso dossiê é *Deus, pátria e família: mecanismos neoconservadores de mobilização*, de autoria de José Rodolfo Lopes da Silva e de Márcio Caetano, que dissertam sobre o avanço e recrudescimento da cisheteropatriarcalidade, um projeto de sociedade que vem privilegiando um empreendimento moral, tornando diferentes sujeitos, como a população LGBTI+, bodes expiatórios de supostas desordens sociais. Nessa perspectiva, os autores enfatizam que se aproximaram dos estudos foucaultianos de gêneros e sexualidades, a fim de problematizar a produção da memória e os mecanismos de marginalização e supressão de direitos LGBTI+. Nessa direção, o artigo tem como objetivo interrogar os modos como as memórias oficializadas (re)constroem, disputam e educam sobre as identidades político-sexuais LGBTI+, pois também percebem uma grande resistência por parte de setores neoconservadores, que vêm buscando manter ficções como a defesa da família cisheteropatriarcal, enquanto núcleo social de sustentação e segurança, no sentido de que a sociedade se dividiria em papéis inquestionáveis, naturais e necessários para a manutenção de uma suposta ordem.

Em seguida, os autores Hugo dos Reis Detoni, Agnaldo da Conceição Esquincalha e a autora Luísa Cardoso Mendes, no texto *O MatematiQueer como locus de resistência à escalada do conservadorismo e fomento à formação em Gêneros, Sexualidades e Educação Matemática*, argumentam que em tempos de ascensão do conservadorismo no campo político e social, discutir sobre gêneros e sexualidades no campo da Educação (em especial, na Educação Matemática) os coloca em um lugar de exposição. Nesse contexto, argumentam que o Grupo de Pesquisa e Extensão MatematiQueer apresenta-se como um locus de resistência a esse conservadorismo. Ao final, reiteram a importância da resistência do MatematiQueer no campo da Educação Matemática, preocupado com o ensino e a aprendizagem de uma disciplina vista por muitas pessoas como “neutra” e “apolítica”.

No terceiro artigo denominado *Diversidade sexual censurada nas escolas públicas: investidas conservadoras pelo controle moral na Educação*, Allan do Carmo Silva e Pedro Pinheiro Teixeira analisam a lei municipal nº4576/16, do município de Nova Iguaçu (RJ), que visou proibir a divulgação de material didático contendo orientações sobre diversidade sexual nas escolas públicas do município. Os autores enfatizam que existe uma forte influência de atores religiosos e conservadores nos processos decisórios em torno desta lei. Os dados analisados foram: a lei nº4576/16, o projeto de lei que a originou, leis anteriores que se relacionam diretamente, ações judiciais, manifestos públicos, notícias na imprensa e postagens em redes sociais, além de entrevistas com atores favoráveis e contrários ao tema. Por fim, sinalizam que foi possível verificar que o texto da referida lei não dialogava com a legislação federal e foi gerador de conflitos após sua aprovação, pois existiam duas coalizões de defesa: uma conservadora e religiosa, outra progressista e laica. A coalizão conservadora religiosa defendia que a “ideologia de gênero” representava uma ameaça à família tradicional e à inocência das crianças, tendo a família primazia na educação dos filhos. Já a coalizão progressista laica acreditava que a escola deve combater preconceitos e violência por meio da educação, com liberdade para ensinar com base na pluralidade de ideias, sem estar vinculada aos padrões morais das famílias dos alunos. As conclusões apontam para uma proatividade de grupos conservadores, com apoio de religiosos, em pautas que visam um controle moral na escola, neste município e em outros entes federados, opondo-se aos avanços referentes aos direitos e ao reconhecimento de pessoas LGBTQIA+ na sociedade.

O quarto artigo *O Brasil no olho do furacão COVID-19: cartografando estratégias ciberativistas de enfrentamento às (necro)políticas experienciadas em tempos de pandemia*, de autoria de Marcelle Medeiros Teixeira, Reginaldo Rosa Soares e Dilton Ribeiro Couto Junior, é um desdobramento de duas pesquisas de mestrado recentemente concluídas que foram desenvolvidas durante a pandemia de COVID-19, tendo como pano de fundo o cenário (necro)político brasileiro. A primeira pesquisa realizou um mergulho nas redes sociais *Twitter* e *Facebook*, cartografando episódios de

barbárie marcados pelas fake news em tempos necropolíticos. A segunda investigou o (ciber)ativismo de um grupo de professores no Facebook em resposta às políticas de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Segundo a autora e os dois autores, acompanhar a atuação das/os internautas nas diferentes redes sociais em resposta às ações (necro)políticas experienciadas na pandemia significou perceber o desejo coletivo por continuar defendendo a democracia brasileira. Assim, reconhecem o importante papel das redes sociais como (mais) um campo de batalha na cibercultura e continuam apostando na potência do ciberespaço, para um diálogo mais plural e aberto, convidativo à mobilização de sujeitos interessados na ampliação de suas vozes e lutas.

Na sequência, Rachel Pulcino e Anderson Ferrari, no texto *Quando mulheres-pesquisadoras se tornam alvos de discursos de ódio nas redes sociais?*, problematizam os discursos de ódio que são direcionados, nas redes sociais, a mulheres-pesquisadoras. Argumentam que estes se tratam de um fenômeno atual, recente e candente que exige não somente combatê-lo, mas, sobretudo, produzir conhecimentos sobre suas condições de emergência e seus efeitos sobre os sujeitos, para colocar em discussão os processos de subjetivação em suas historicidades. Para isso, a partir de reportagens que noticiaram os ataques perpetrados a três mulheres-pesquisadoras, pensam sobre as relações de saber e de poder que estão organizando as violências atravessadas pelos gêneros.

No próximo artigo, cognominado *O discurso da doutrinação como uma red pill: abusos da educação para empreendimentos e inversões*, Renata Aquino visa ensaiar uma análise do discurso da doutrinação a partir de três eixos principais. Primeiro, argumenta que o discurso da doutrinação levou a uma bifurcação entre a esfera pública dominante e um “mundo paralelo”, o qual se forma na inversão dos valores que estruturam o público dominante – o mundo das instituições, da ciência estabelecida nas universidades e nos institutos de pesquisa, de entes historicamente considerados legítimos. Nessa linha, o pânico da doutrinação teria funcionado como uma *red pill* (pílula vermelha) para atrair a adesão a valores cada vez mais contrários àqueles que se acreditava terem sido hegemônicos após a redemocratização. Segundo, entende a

forma de funcionamento e difusão deste discurso como um empreendedorismo político, uma forma de fazer política característica desse tempo profundamente neoliberal. A autora destaca que o discurso observado possui uma dimensão sociotécnica que ainda carece de compreensão nos estudos sobre ele. A partir desses eixos, o artigo defende que o discurso da doutrinação foi central para o processo de desdemocratização do país. Essa crise impacta desde as condições de trabalho de educadoras(es) até a relação entre conhecimento científico e políticas públicas. Renata Aquino reflete também sobre alguns indícios de um impacto profundo da digitalização da vida sobre os processos políticos em torno da educação.

Isadora de Freitas Oliveira e Jesica Baez, através do texto *Pedagogias Feministas: entre experiências e reflexões de amparo político frente ao avanço dos conservadorismos*, chamam a atenção para os tempos desafiadores que vivemos, nos quais conquistas fundamentais estão sendo questionadas, muitas vezes com o respaldo do próprio Estado. As autoras destacam como o avanço de perspectivas conservadoras representa uma ameaça à manutenção de direitos de diversos segmentos sociais, especialmente para grupos historicamente marginalizados, como mulheres, negros, indígenas e pessoas LGBTQIA+. Neste contexto, as pedagogias feministas surgem como formas de resistência no campo educacional. Assim, este trabalho buscou explorar esses avanços, concentrando-se na Educação Sexual Integral, com o Projeto - Entre Elas - como estudo de caso. Através de encontros extracurriculares, o projeto oferece um espaço para discutir questões sociais, em particular, gênero e violência. Desviando-se de soluções simples, adota uma abordagem que busca construir um futuro mais equitativo. Para as autoras, em um ambiente marcado pela ação de setores antidireitos, as pedagogias feministas representam um refúgio amoroso no qual podemos reconstruir o ambiente escolar. Ao priorizar o cuidado e a formação de relações empáticas, essas estratégias resgatam a humanidade e desafiam a narrativa excludente da aliança neoconservadora. Além disso, elas reforçam o quanto é crucial reconhecer o caráter político de toda prática educativa e seu impacto na vida dos alunos/as. Desta forma, acreditam que as pedagogias feministas oferecem uma perspectiva única para questionar

e transformar as estruturas vigentes. Elas não são apenas uma ferramenta para um futuro mais justo, mas também uma fonte inesgotável de experiências e possibilidades a serem exploradas, compartilhadas e perpetuadas.

O texto subsequente é o de Gabrielle Weber, Rafaela Ribas Lopes, Jacira Carrasco e Lupe Lima Pugliesi, *A Ameaça Trans: Uma análise dos espantalhos argumentativos que avançam sobre as casas legislativas*. Este artigo analisa a onda global de ataques legislativos contra a autonomia e os direitos das pessoas trans, destacando projetos de lei na Europa, EUA e América Latina. As autoras e autores identificam ao longo do trabalho a propagação de discursos antigêneros e espantalhos argumentativos infundados que visam incitar reações moralistas e disseminar ódio. Desta maneira, chamam atenção para como a naturalização do binário sexo-gênero, fundamentada em valores religiosos e nacionais, subjuga os direitos humanos às normas religiosas, estimulando discursos odiosos. Neste cenário, as pessoas trans são consideradas ameaças à estrutura cisheteronormativa, o que gera antagonismos entre liberdade religiosa e direitos trans. O texto destaca como corpos trans desafiam as normas estabelecidas, hackeando seus próprios corpos para redefinir sexo e gênero. Esse ato de resistência ameaça a hegemonia cis-heterossexual, culminando em retaliações violentas e ameaças à existência das pessoas trans.

No artigo intitulado *A constituição de uma arena pública em torno da descriminalização do aborto no Brasil: Um estudo sobre as organizações de defesa de direitos inscritas como Amicus Curiae e o debate mobilizado na ADPF 442*, Lorena Madruga Monteiro, Elizabete Patriota, Carlos Vitor Pereira da Silva e Jonatha Vasconcelos Santos apresentam uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Este instrumento jurídico está previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988 e regulamentado pela Lei n. 9.882/1999, permitindo ao Supremo Tribunal Federal (STF) atuar como guardião dos princípios mais essenciais da ordem constitucional. A abordagem visa explorar a perspectiva de compreensão desse instrumento político e jurídico e seu papel na discussão sobre o aborto no Brasil. A ADPF nº 442 trata da questão da descriminalização do aborto e contou com a

participação de diversas organizações como Amicus Curiae em seu julgamento. Assim, um dos objetivos do artigo foi classificar essas organizações com base em sua experiência, recursos e atores, além de analisar os argumentos científicos e jurídicos mobilizados durante o processo. O trabalho resultou na categorização das organizações Amicus Curiae em três grupos distintos: Organizações ligadas aos movimentos feministas no Brasil, Organizações religiosas, conservadoras e autointituladas "liberais" e Organizações de causas relacionadas aos direitos humanos. A análise das evidências mobilizadas nos memoriais apresentados pelas Organizações revelou uma diferença marcante entre esses grupos. As organizações de defesa dos direitos humanos e dos direitos reprodutivos e sexuais fundamentaram seus argumentos em estudos empíricos, evidências de países que descriminalizaram o aborto e decisões de Cortes internacionais. Por outro lado, as organizações de defesa à vida do nascituro basearam suas análises em revisões sistemáticas de literatura consideradas "nebulosas" e em estudos de organizações antiaborto internacionais. Assim, o artigo conclui que há uma clara divergência na fundamentação argumentativa entre os grupos, evidenciando a complexidade e a polarização do debate em torno da descriminalização do aborto, envolvendo não apenas aspectos jurídicos, mas também posicionamentos éticos, religiosos e de defesa dos direitos humanos.

O artigo seguinte que compõe este dossiê é *Sexualidade, Movimentos de Educação Contemporânea e Educação Física: que educação queremos?*, de Christiane Garcia Macedo, Bruno de Oliveira e Silva, Felipe Quintão de Almeida e David Kirk. O texto aborda a presença de movimentos educacionais contemporâneos, notadamente o "Escola sem Partido" (ESP) e o "*Time for Inclusive Education*" (TIE), e sua influência nas questões relacionadas à educação moral, sexual e de identidade de gênero, com foco na Educação Física (EF). O texto ressalta as divergências entre ESP e TIE e as diferentes visões de sociedade e educação. Vale mencionar que este trabalho está apresentado em nosso dossiê em duas versões, português e inglês. O artigo utiliza os Estudos Culturais como base teórica e metodológica, analisando discursos presentes nos sites oficiais, notícias, textos acadêmicos e currículos nacionais. O texto destaca a

relevância da discussão dessas campanhas para a Educação Física, uma vez que esta aborda o corpo, suas práticas, cultura e movimento, elementos intrinsecamente ligados à sexualidade. Além da inclusão curricular, ressalta a importância de uma formação específica para os educadores, promovendo atitudes positivas e abordagens adequadas sobre o tema. Os autores e autoras enfatizam a resistência contra projetos ortodoxos e sugerem que, reconhecendo a força da escola, a educação pode ser uma ferramenta para transformar o mundo.

Em seguida, Rodrigo Cerqueira do Nascimento Borba nos apresenta *Questões de gêneros e sexualidades na reforma do Ensino Médio: investigando desdobramentos para o ensino de Biologia*, onde analisa os impactos da reforma do Ensino Médio no ensino de Biologia, com foco nas questões relacionadas aos gêneros e às sexualidades. O texto apresenta indícios e resultados de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que examinou os currículos adotados em escolas públicas de Minas Gerais e explorou as implicações práticas por meio das narrativas de dois professores da rede pública estadual. O embasamento teórico-metodológico do artigo combina o campo do Currículo com a Educação em Ciências e Biologia. A análise contempla documentos oficiais, como o Currículo Referência de Minas Gerais, planos de curso para o Ensino Médio e o catálogo de disciplinas eletivas da Secretaria Estadual de Educação, além das narrativas dos professores. Os resultados trazidos no texto por Rodrigo Borba revelam que as políticas curriculares em Minas Gerais seguem padrões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outros documentos federais, silenciando e apagando debates sobre diversidades sexuais e de gênero, enfatizando que, embora os textos introdutórios desses documentos sugiram abertura para discussões dessas temáticas, as competências e habilidades prescritas não se materializam. O autor ainda chama a atenção para a existência, nos textos analisados, de habilidades que promovem um olhar crítico para a história e a natureza das Ciências, valorizando a diversidade étnico-racial. No entanto, as discussões sobre diversidade relacionada aos gêneros e às sexualidades não são explicitamente abordadas nas práticas pedagógicas prescritas. O texto conta também com entrevistas realizadas com professores e professoras da rede, que apontam

que, apesar das lacunas nas políticas curriculares, os professores entrevistados demonstram um compromisso social, ético e político ao expressarem desconforto com a situação atual. Eles compartilham ações educacionais planejadas para integrar temas de gêneros e sexualidades ao cotidiano escolar, mesmo diante da redução de carga horária decorrente da Reforma do Ensino Médio. Por fim, o artigo ressalta o papel social da pesquisa em educação ao visibilizar e compartilhar pensamentos e ações que fortalecem lutas por direitos e pelo reconhecimento da diversidade na Educação em Ciências e Biologia, apesar das tentativas conservadoras de interdição e controle.

O próximo artigo, de Bruna Quinsan Camargo, intitulado *Contra a Ideologia de Gênero! Temas que mobilizaram o discurso parlamentar 'antigênero' na 55ª legislatura da Câmara dos Deputados (2015-2019)*, buscou investigar os temas que motivaram os legisladores da Câmara dos Deputados do Brasil a discutirem sobre a "ideologia de gênero" durante a 55ª legislatura. Segundo a autora, o período analisado é caracterizado por uma reação conservadora moral, surgida em resposta ao fortalecimento do movimento feminista e à implementação de políticas de reconhecimento do Estado. Para ela, essa reação resultou na censura aos debates sobre gêneros e sexualidades, especialmente nas escolas. O procedimento metodológico adotado por Bruna consiste na análise de conteúdo de discursos parlamentares e declarações de líderes religiosos vinculados às igrejas dos legisladores. A pesquisa identificou quatro agrupamentos temáticos principais: ataques aos direitos de pessoas trans, mulheres cisgêneras e pessoas dissidentes sexuais, promoção ou desejo de censura na arte, na ciência e na mídia, suposta doutrinação na educação e apoio ao impeachment de Dilma Rousseff e à campanha presidencial de Jair Bolsonaro. Em síntese, a pesquisa evidencia como a discussão sobre "ideologia de gênero" na 55ª legislatura está intrinsecamente ligada a uma agenda conservadora moral, refletida em diferentes esferas da sociedade e expressa pelos legisladores em suas ações e discursos parlamentares.

No artigo *Dissidências e diferenças de sexualidade e de gênero: O que crianças narram de si mesmas?*, Alexsandro Rodrigues, Alexandre Filordi de Carvalho, Ariane Celestino Meireles e Steferson Zanoni Roseiro destacam as conversas entre professoras

e crianças na intersecção entre gênero e sexualidade, buscando ressaltar a potência dos corpos livres do consenso, que é considerado como uma "doença". Para alcançar esse propósito, o artigo utiliza os conceitos de heteronorma e brutalismo para explorar formas de resistência por meio das corporeidades das crianças dissidentes. O texto destaca a presença de um movimento incisivo na vida das crianças, representado metaforicamente pelo ato de amolar facas e apontá-las para os corpos em dissidência, revelando um ódio que é simultaneamente individual e coletivo. No entanto, para os autores, a escola convida o leitor a não se fixar apenas nos brutalismos. As crianças dissidentes não apenas existem, mas também estabelecem alianças e convocam os outros a se posicionarem. Assim, o artigo resalta a relevância de ouvir as vozes das crianças dissidentes, destacando-as como potências capazes de contribuir para a escrita de outras histórias além da heteronormatividade. Ao reconhecer a resistência e as alianças estabelecidas por essas crianças, o texto enfatiza a necessidade de criar espaços de diálogo e compreensão, reconhecendo as potencialidades transformadoras dessas experiências na construção de narrativas mais inclusivas e diversas.

O artigo *A 'ideologia de gênero' como dispositivo bioético político: Políticas antigênero no Brasil, o crescimento da extrema direita e o papel contramajoritário do Supremo Tribunal Federal*, de Henrique Rabello de Carvalho e Fábio A. G. Oliveira dá sequência ao conjunto de análises presentes no dossiê sobre a relação entre o crescimento da extrema direita no Brasil e a utilização da chamada "ideologia de gênero" como um dispositivo bioético-político. Para os autores, essa ideologia tem sido um ponto de embate especialmente no contexto dos avanços dos direitos LGBTI+ tanto nacional quanto internacionalmente. O estudo destaca como o Supremo Tribunal Federal (STF) tem desempenhado um papel contramajoritário na garantia desses direitos contra forças ultraconservadoras. O texto aborda a evolução e mutação dos discursos autodenominados como "ideologia de gênero", frequentemente contrapondo-se a perspectivas mais progressistas acerca de gênero e sexualidade. O trabalho também analisa como esse fenômeno se expande e exerce influência em áreas como a educação e as políticas LGBTI+, servindo como uma bandeira pela extrema

direita no país. Além disso, são exploradas as tensões políticas relacionadas a projetos como a "Escola sem Homofobia" e a reação a essas iniciativas, evidenciando como a diversidade sexual e de gênero tornou-se um ponto de polarização na política brasileira. O texto destaca a complexidade das negociações políticas em meio a pressões conservadoras e à ascensão de influências evangélicas e cristãs no cenário político nacional. A análise proposta pelos autores ressalta também o papel do Judiciário como defensor dos direitos LGBTI+ em um contexto de retrocesso político, especialmente com o fortalecimento de posições conservadoras. A importância do debate sobre a "ideologia de gênero" como um dispositivo desafiador dos princípios democráticos e dos direitos humanos é destacada, especialmente no contexto brasileiro.

Dando continuidade às discussões sobre o avanço de grupos extremistas religiosos e os ataques aos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, Jessica Tatiane Felizardo e Ana Paula Figueiredo Louzada, em *Por que o cristianismo fundamentalista tem medo da sapatona aberrante?*, propõem uma análise crítica do discurso do cristianismo fundamentalista em conexão com a extrema-direita, focalizando a discussão em torno da chamada "ideologia de gênero". A carta-manifesto anexada ao artigo, escrita por três pessoas, sendo uma delas uma ativista LGBT, denuncia o conservadorismo presente em uma comunidade católica em Cariacica, Espírito Santo. A carta serve como uma ferramenta de análise institucional para refletir sobre como o fundamentalismo cristão pode gerar violência, ao mesmo tempo em que é um instrumento de resistência e questionamento das práticas. O texto lança questionamentos sobre como a igreja católica pode incitar ódio e violência entre os fiéis. Em um contexto de discursos de ódio e crescimento de ideologias fascistas, certas vidas são alvo de ataques, como no caso da ativista LGBT mencionada na carta, que desafia as normas de identidade de gênero e sexualidade. Há um destaque para a interseção entre o fundamentalismo religioso e o fascismo, que alimenta o ódio ao outro e propicia a produção de violência contra grupos marginalizados, como a população negra, mulheres cis e trans, e indivíduos LGBTQIA+. Além disso, o texto dialoga com pensadores como Michel Foucault e Judith Butler para abordar as tecnologias de

controle exercidas pela igreja e pelas normas de gênero e sexualidade, questionando o papel desses discursos na regulação das existências das pessoas não conformes à normatividade imposta. A carta/manifesto/artigo conclui chamando a atenção para a importância de reconhecer e apoiar as existências e lutas das pessoas LGBTQIA+, destacando a coragem e resistência das ativistas mencionadas. Ressalta-se a necessidade de vigilância contra discursos de ódio e exclusão que visam silenciar e apagar essas vozes dissidentes, buscando construir espaços mais inclusivos e respeitosos para toda a diversidade de identidades de gêneros e sexualidades.

O dossiê traz ainda a entrevista *Discursos Conservadores e Direitos Humanos*, realizada por Amanda Mendonça e Fernanda Moura com a professora e ativista feminista e pelo direito à educação, Denise Carreira. Ao longo da conversa com a professora e do resgate de sua trajetória profissional e como ativista, é possível reconhecer parte significativa das principais lutas travadas nas últimas décadas no Brasil pelo direito à educação. A entrevista aborda, ainda, uma análise sobre a relação entre discursos conservadores e direitos humanos no período mais recente e atual do país, destacando o papel da "Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação: em Defesa do Direito à Educação e contra a Censura nas Escolas" nos embates recentes relacionados a movimentos como o Escola sem Partido, militarização das escolas e campanhas anti-gênero na educação. O texto está integralmente centrado na ideia de fortalecimento da defesa de um ambiente educacional democrático, comprometido com os princípios constitucionais de liberdade de ensino, pluralismo de concepções pedagógicas, e promoção do direito à educação em direitos humanos e para igualdade de gênero, raça e sexualidade no país.

Como se vê, ao longo deste dossiê, buscamos compartilhar, por meio de artigos e entrevistas, as implicações e ameaças graves decorrentes da ação de grupos extremistas religiosos, conservadores e neoconservadores a segmentos sociais ainda marginalizados em nosso país, especialmente a população LGBTQIA+. O conjunto de textos apresentados dialoga tanto na perspectiva da compreensão da ação desses grupos quanto

na de apontar diferentes caminhos, estratégias e pedagogias que se contrapõem e representam uma fonte importante de resistência ao avanço conservador no Brasil.

Em síntese, ao explorarmos os conservadorismos e suas interações complexas com as questões de gêneros e sexualidades, torna-se evidente a urgência de políticas públicas que atuem na promoção de uma sociedade inclusiva e justa. Nesse processo, é crucial reconhecer a diversidade de experiências e identidades, promovendo o respeito e a valorização da igualdade, elementos fundamentais que devem estar presentes estruturando essas políticas. Além disso, acreditamos e procuramos, com este dossiê, reforçar o papel do campo científico e de suas produções como formas de resistência e de engajamento na construção de uma nova ordem social.

## Referências

AQUINO, Renata. O discurso da doutrinação como uma red pill: abusos da educação para empreendimentos e inversões. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 7, e16162, 2024.

BAEZ, Jesica; OLIVEIRA, Isadora Freitas de. Pedagogias Feministas: entre experiências e reflexões de amparo político frente ao avanço dos conservadorismos. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 7, e16171, 2024.

BORBA, Rodrigo Cerqueira do Nascimento. Questões de gêneros e sexualidades na reforma do Ensino Médio: investigando desdobramentos para o ensino de Biologia. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 7, e16167, 2024.

CAMARGO, Bruna Quinsan. Contra a Ideologia de Gênero! Temas que mobilizaram o discurso parlamentar antigênero na 55ª legislatura da Câmara dos Deputados (2015-2019). **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 7, e16060, 2024.

CARREIRA, Denise; MENDONÇA, Amanda; MOURA, Fernanda. Discursos Conservadores e Direitos Humanos: Entrevista com Denise Carreira. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 7, e16208, 2024.

CARVALHO, Henrique Rabello de Carvalho; OLIVEIRA, Fábio A. G. A 'ideologia de gênero' como dispositivo bioético político: Políticas antigênero no Brasil, o crescimento da extrema direita e o papel contramajoritário do Supremo Tribunal Federal. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 7, e16050, 2024.

COLLINS, Patrícia Hill. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica.** São Paulo: Boitempo, 2022.

CUEVAS, Augustin. **Tempos conservadores.** São Paulo: Hucitec, 1989.  
SEPULVEDA, José Antonio & MENDONÇA, Amanda. Laicidade e Pandemia em Tempos Conservadores. **Teias.** v. 23. n. 69, 2022.

ESQUINCALHA, Agnaldo da Conceição; DETONI, Hugo dos Reis; MENDES, Luísa Cardoso. O MatematiQueer como lócus de resistência à escalada do conservadorismo e fomento à formação em gêneros, sexualidades e educação matemática. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura,** v. 7, e16169, 2024.

FELIZARDO, Jessica Tatiane Felizardo; LOUZADA, Ana Paula Figueiredo. Por que o cristianismo fundamentalista tem medo da sapatona aberrante?. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura,** v. 7, e16019, 2024.

MACEDO, Christiane Garcia; SILVA, Bruno de Oliveira e; ALMEIDA, Felipe Quintão de; KIRK, David. Sexualidade, Movimentos de Educação Contemporânea e Educação Física: que educação queremos?. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura,** v. 7, e15978, 2024.

MONTEIRO, Lorena; PATRIOTA, Elizabete; SILVA, Carlos Vitor Pereira da; SANTOS, Jonatha Vasconcelos. A constituição de uma arena pública em torno da descriminalização do aborto no Brasil: Um estudo sobre as organizações de defesa de direitos inscritas como Amicus Curiae e o debate mobilizado na ADPF 442. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura,** v. 7, e16024, 2024.

PULCINO, Rachel; FERRARI, Anderson. Quando mulheres-pesquisadoras se tornam alvos de discursos de ódio nas redes sociais?. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura,** v. 7, e16166, 2024.

RODRIGUES, Alexsandro Rodrigues; CARVALHO, Alexandre Filordi de; MEIRELES, Ariane Celestino; ROSEIRO, Steferson Zanoni. Dissidências e diferenças de sexualidade e de gênero: O que crianças narram de si mesmas? **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura,** v. 7, e16043, 2024.

SILVA, Allan do Carmo; TEIXEIRA, Pedro Pinheiro. Diversidade sexual censurada nas escolas públicas: investidas conservadoras pelo controle moral na Educação. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura,** v. 7, e16048, 2024.

SILVA, José Rodolfo Lopes da; CAETANO, Marcio. “Deus, pátria e família”: mecanismo neoconservadores de mobilização. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura,** v. 7, e16163, 2024.

TEIXEIRA, Marcelle Medeiros; SOARES, Reginaldo Rosa; JUNIOR, Dilton Ribeiro Couto. O Brasil no olho do furacão COVID-19: cartografando estratégias ciberativistas de enfrentamento às (necro)políticas experienciadas em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura,** v. 7, e16017, 2024.

WEBER, Gabrielle; LOPES, Rafaela Ribas; CARRASCO, Jacira; PUGLIESI, Lupe Lima. A Ameaça Trans: Uma análise dos espantalhos argumentativos que avançam sobre as casas legislativas. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura,** v. 7, e16040, 2024.

**THEMATIC DOSSIER: Conservatism and issues of gender and sexualities**

**Abstract:** In the last decade, we have experienced an increase in conservatism in various areas of society in Brazil. Politically, we have lost the rights of those considered social minorities, mainly motivated by extremist religious actions that were supported by the federal government. This issue occurred mainly in relation to women and LGBTQIA+ people. The 15 articles and the interview present in this dossier show how conflicts around issues of gender and sexualities permeate the State, the government, institutions and political practices, affecting, for example, the functioning of education policies, and putting at risk the principle of secularism of the State as a fundamental pillar for strengthening democracy.

**Keywords:** Conservatism; genres; sexualities; secularism; democracy.

**Recebido: 03/03/2024**

**Aceito: 11/03/2024**